



PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova

Concurso Público – Edital nº 003/2011

Prova Objetiva – 18/12/2011



218 – Advogado

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova é composta de 40 questões objetivas.
4. Nesta prova, as questões objetivas são de múltipla escolha, com 5 alternativas cada uma, sempre na sequência **a, b, c, d, e**, das quais somente uma deve ser assinalada.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber o cartão-resposta, examine-o e verifique se o nome impresso nele corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. O cartão-resposta deverá ser preenchido com caneta esferográfica preta, tendo-se o cuidado de não ultrapassar o limite do espaço para cada marcação.
8. Não serão permitidos empréstimos, consultas e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Os aparelhos celulares deverão ser desligados e colocados OBRIGATORIAMENTE no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. A duração da prova é de 4 horas. Esse tempo inclui a resolução das questões e a transcrição das respostas para o cartão-resposta.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova e o cartão-resposta.
12. Se desejar, anote as respostas no quadro abaixo, recorte na linha indicada e leve-o consigo.

Português

Conhecimento
Específico

DURAÇÃO DESTA PROVA: 4 horas

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

✂

RESPOSTAS							
01 -	06 -	11 -	16 -	21 -	26 -	31 -	36 -
02 -	07 -	12 -	17 -	22 -	27 -	32 -	37 -
03 -	08 -	13 -	18 -	23 -	28 -	33 -	38 -
04 -	09 -	14 -	19 -	24 -	29 -	34 -	39 -
05 -	10 -	15 -	20 -	25 -	30 -	35 -	40 -

PORTUGUÊS

O texto a seguir serve de base para as questões de 01 a 05.

Dr. Google e seus bilhões de pacientes

Regina Elizabeth Bisaglia, em mais uma consulta de rotina, indicava ao paciente a melhor maneira de cuidar da pressão. Ao mesmo tempo, observava a expressão introspectiva do homem a sua frente. A cardiologista não entendia ao certo a desconfiança em seu olhar, mas começava a presumir o motivo. Logo, entenderia o porquê.

Depois de uma explicação um pouco mais técnica, o senhor abriu um sorriso e o olhar tornou-se mais afável. A médica acabara de falar o que o paciente queria ouvir e, por isso, passava a ser merecedora de sua confiança. "Entendi. O senhor andou consultando o doutor Google, certo?", disse, de modo espirituoso, Bisaglia.

A médica atesta: muitas vezes os pacientes chegam ao consultório com o diagnóstico já pronto e buscam apenas uma confirmação. Ou mais: vão ao médico dispostos a testar e aprovar (ou não) o especialista.

"Não adianta os médicos reclamarem. Os pacientes vão à Internet pesquisar e isso é um caminho sem volta. Informação errada existe em todos os meios, mas eu diria que muitas vezes é interessante que a pessoa procure se informar melhor", diz a cardiologista, com mais de 30 anos de profissão.

Não é de hoje que a questão do 'doutor Google' e do 'paciente expert' é debatida. Mas se antes a maioria dos argumentos pedia a favor dos médicos e contra a pesquisa dos leigos na área – sob o medo compreensível da automedicação ou da má informação –, agora o viés da conversa caminha para um olhar mais relativista. Estudos sobre o assunto já propõem, inclusive, que os médicos tenham na sua formação uma espécie de aula especial para lidar com os pacientes internautas.

Hoje, a Internet propicia a formação de grupos sobre várias doenças: salas de discussão, fóruns e páginas sobre as mais diversas patologias. Um dos sites mais conhecidos é o *Patients like me* (Pacientes como eu, em português), uma rede social com quase 50 mil pessoas que reúne pacientes com os mais diversos problemas. O objetivo, como a maioria dos grupos, é o de trocar informação sobre doenças e, também, encontrar alento e apoio naqueles que partilham o mesmo sofrimento. Às vezes, o paciente descobre que tem a doença em uma pesquisa na Internet e, assim, vai ao médico.

A grande maioria dos especialistas, como era de se esperar, dá o mesmo conselho para o paciente na hora de pesquisar e se juntar a grupos na Internet: seja responsável, busque as melhores referências e procure saber quem está dando a informação. E ainda: lembre-se de que nem sempre o que se deseja ler/ouvir é o diagnóstico correto.

Como diz, com certo humor, a cardiologista Regina Elizabeth Bisaglia, a primeira busca na Internet pode ser a mais simplória: "A pesquisa mais importante na rede é o nome de um bom médico para se consultar".

(CARMELO, Thiago. *Ciência Hoje On-line*, 02/02/2011. Acesso em 30/11/2011. Adaptado.)

01 - Considerando as informações do texto, assinale a alternativa que corresponde ao ponto de vista de Regina Bisaglia sobre as 'consultas' dos pacientes na Internet.

- a) A cardiologista desaconselha essas buscas de informação, devido aos riscos da automedicação e de diagnósticos errados.
- b) Segundo Bisaglia, o conhecimento do leigo sobre suas próprias doenças reduz a responsabilidade do médico no diagnóstico e no encaminhamento dos tratamentos.
- c) Para Bisaglia, as informações sobre doenças na Internet deveriam ser de acesso restrito aos profissionais da área.
- ▶ d) Bisaglia reconhece que a Internet publica informações equivocadas, mas considera a busca de conhecimentos pelos pacientes um processo irreversível e positivo.
- e) Bisaglia recomenda apenas um tipo de busca sobre doenças na Internet: as indicações de médicos a serem consultados.

02 - O caso relatado no início do texto mostra que os pacientes que buscam informações sobre suas doenças na Internet:

- a) fazem as buscas por curiosidade, sem levá-las a sério quando se trata da própria saúde.
- ▶ b) tendem a acreditar no médico apenas quando ele confirma as informações encontradas na Internet.
- c) são hipocondríacos e acreditam estar mais doentes do que estão realmente.
- d) questionam o diagnóstico feito pelos médicos e não aderem ao tratamento.
- e) têm uma atitude de desconfiança em relação às informações veiculadas nas redes sociais.

03 - "Não é de hoje que a questão do 'doutor Google' e do 'paciente expert' é debatida" (início do 5º parágrafo). Com essa afirmação, o autor mostra que não é recente a discussão sobre:

- a) um site da Internet especializado em doenças e o comportamento dos internautas que acessam esse site.
- b) uma rede social em que o Dr. Google fornece informações sobre doenças diversas e as atitudes dos participantes dessa rede.
- ▶ c) a busca de informações sobre doenças em programas de busca da Internet e o acesso dos pacientes a informações sobre as doenças.
- d) a interação entre os médicos e seus pacientes pela Internet e a desinformação dos pacientes.
- e) a democratização do saber médico e o desinteresse das pessoas em ter informações sobre sua própria saúde.

04 - No trecho "começava a presumir o motivo" (3ª linha), o sentido do verbo grifado equivale a:

- ▶ a) suspeitar.
- b) confirmar.
- c) interrogar.
- d) revelar.
- e) referendar.

05 - A grande maioria dos especialistas, como era de se esperar, dá o mesmo conselho para o paciente na hora de pesquisar e se juntar a grupos na Internet: seja responsável, busque as melhores referências e procure saber quem está dando a informação.

Se as expressões grifadas na frase acima forem substituídas, respectivamente, por os especialistas e os pacientes, deverão ser feitas modificações para ajustar a concordância segundo as normas da escrita. Sendo assim, assinale a alternativa correta em relação à concordância no caso da substituição proposta.

- Os especialistas, como era de se esperar, dá o mesmo conselho para os pacientes na hora de pesquisar e se juntar a grupos na Internet: seja responsável, busque as melhores referências e procure saber quem está dando a informação.
- Os especialistas, como era de se esperar, dão o mesmo conselho para os pacientes na hora de pesquisar e se juntar a grupos na Internet: sejam responsáveis, busquem as melhores referências e procurem saber quem está dando a informação.
- ▶ Os especialistas, como era de se esperar, dão o mesmo conselho para os pacientes na hora de pesquisarem e se juntarem a grupos na Internet: sejam responsáveis, busquem as melhores referências e procurem saber quem está dando a informação.
- Os especialistas, como era de se esperar, dão o mesmo conselho para os pacientes na hora de pesquisar e se juntar a grupos na Internet: sejam responsáveis, busquem as melhores referências e procure saber quem está dando a informação.
- Os especialistas, como era de se esperar, dão o mesmo conselho para os pacientes na hora de pesquisarem e se juntar a grupos na Internet: seja responsável, busque as melhores referências e procure saber quem está dando a informação.

O texto a seguir serve de base para as questões 06 a 10.

O novo estádio do Corinthians, em São Paulo, em tese destinado à abertura da Copa do Mundo de 2014, é por enquanto um rasgo de imaginação sobre um terreno baldio, mas já tem nome de guerra. O leitor adivinha qual é? Ai vai uma pista: o local escolhido é o bairro de Itaquera. Agora ficou fácil. O nome é Itaquerão, claro. Antes, os estádios precisavam ao menos ser construídos para receber o enobrecimento do "ão" na última sílaba do apelido. Não mais. Não se sabe sequer quem vai pagar a conta do estádio, ou suposto estádio, do Corinthians, nem existe projeto definido. Mas o nome já lhe foi pespegado. O uso do aumentativo para designar estádios de futebol começou com a inauguração, em 1965, do Mineirão, em Belo Horizonte – oficialmente, Estádio Magalhães Pinto – mas desde o primeiro momento, e para sempre, Mineirão. Fazia sentido. [...] Dali em diante, a moda pegou e a febre de construção de estádios que assolou o país, a partir do "milagre brasileiro" (não o do Lula, mas o do Médici), espalhou ãos pelo país afora. [...] No entanto, o inho é que melhor caracterizaria o brasileiro. Sérgio Buarque de Holanda escreveu, no clássico *Raízes do Brasil* (um pouco de erudição faz bem, especialmente ao amor, que se convence de estar falando coisa séria): "A terminação inho, aposta às palavras, serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo. É a maneira de fazê-los mais acessíveis aos sentidos e também de aproximá-los do coração". A passagem está no famoso capítulo do "homem cordial", isto é, o homem regido pelo coração, que seria o brasileiro. Somos o país do Joãozinho, do amorzinho e da "Dilminha" (como a trata a mãe da presidente, ela também chamada Dilma). Somos a terra do jeitinho, do favorzinho e do probleminha, invocados sobretudo quando o jeito é complicado, o favor é grande e o problema insolúvel. Por esse caminho, para melhor se aninhar no coração dos brasileiros, o Mineirão deveria ser Mineirinho, o Castelão, Castelinho e o Batistão, Batistinha. Ocorre que estádios pertencem a outra esfera. Não pedem carinho, pois não foram feitos para cativar, mas para impressionar. Cumprem no Brasil o que há de mais próximo ao papel das catedrais e das pirâmides, em outras épocas e lugares.

(adaptado de O fascínio do ão, R. Pompeu de Toledo, *Veja on line*, 05/03/2011.)

06 - Segundo o texto, é correto afirmar:

- O autor usa aumentativos e diminutivos no texto porque ele é escrito em linguagem informal.
- O uso de aumentativos para designar estádios é recomendação de um decreto de 1965, período da ditadura militar.
- O estádio que está sendo construído no bairro de Itaquera, em São Paulo, é, supostamente, do Corinthians.
- A afirmação de que o estádio em construção já tem um nome de guerra se deve à rivalidade entre as torcidas.
- ▶ Para o autor, usar 'ão' na última sílaba do apelido de um estádio pode ser interpretado como um indício de reverência.

07 - Os termos grifados das expressões 'um rasgo de imaginação' e 'já lhe foi pespegado' podem ser substituídos no texto, respectivamente, sem prejuízo de significado, por:

- ▶ arroubo – aplicado.
- rompimento – atribuído.
- lampejo – notificado.
- vigor – impingido.
- fenda – declarado.

****08 - Assinale a alternativa que melhor expressa a opinião do autor do texto:**

- Os estádios de futebol deveriam ser designados por diminutivos, pois, como bem argumentou Sérgio Buarque de Holanda, os diminutivos os tornam mais próximos do coração dos brasileiros.
- ▶ Os estádios de futebol devem ter a terminação 'ão', porque essa designação reflete a imponência e o tamanho descomunal deles.
- Os estádios não são feitos para cativar torcedores e por isso quem os denomina não está preocupado em utilizar uma designação que sensibilize o coração dos espectadores.
- Faz sentido que os apelidos dos estádios recebam mais comumente a terminação 'ão' e não 'inho', porque eles são criados mais para impressionar do que para agradar.
- O autor julga um contrassenso a designação dos estádios de futebol ser feita através de diminutivos, ainda que isso os aproximasse mais do coração dos torcedores.

**** – Questão com resposta alterada.**

09 - Assinale a alternativa cuja interpretação capta melhor a comparação do autor entre os atuais estádios de futebol e as catedrais e pirâmides de antigamente.

- a) Os estádios, como as catedrais e pirâmides, são lugares sagrados.
- ▶ b) A comparação se deve ao caráter monumental dessas edificações.
- c) Os estádios, como as catedrais e pirâmides, têm seguidores fanáticos.
- d) O papel das catedrais, pirâmides e estádios é provocar a paixão dos acólitos.
- e) Nenhuma das três construções é de uso privado.

10 - Considere as seguintes afirmativas:

1. O autor do texto não confia que o estádio em construção servirá para a abertura da Copa de 2014.
2. O estádio em construção em São Paulo não é, de fato, do time do Corinthians.
3. Só a mãe da presidente pode chamá-la pelo diminutivo, apesar de sermos o país do 'Joãozinho', do 'amorzinho' e do 'probleminha'.
4. A expressão "homem cordial" está relacionada ao comportamento determinado pelo coração.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

11 - No tocante ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- a) Na ação de mandado de segurança, admite-se condenação em honorários advocatícios.
- b) No processo de mandado de segurança, não cabem a interposição de embargos de divergência e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.
- c) O direito de requerer mandado de segurança se extingue decorridos 120 dias, contados da data do ato impugnado.
- ▶ d) No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 horas.
- e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo *habeas corpus* e *habeas data*.

12 - Em relação à ação civil pública, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa do patrimônio público.
- b) Não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas, nem condenação da associação autora em honorários de advogado, custas e despesas processuais.
- c) A sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, ainda que utilizando a mesma prova anexada na primeira ação.
- d) Decorridos 90 dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público ou a entidade de direito público favorecida pela decisão.
- e) A requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, poderá o Presidente do Tribunal suspender a execução da liminar, em decisão fundamentada, da qual caberá agravo para o Superior Tribunal de Justiça no prazo de 10 dias a partir da publicação do ato.

13 - No tocante ao recurso de apelação previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público não pode apelar em processo em que não figure como autor.
- b) Quando o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação só devolverá ao tribunal o conhecimento daqueles que a parte tenha explicitamente abordado em sua peça de interposição.
- ▶ c) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo.
- d) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o tribunal não poderá julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento, sob pena de ofender o princípio da proibição da supressão de instância.
- e) As questões de fato não propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, ainda que a parte prove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

14 - No tocante à execução fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) Em execução fiscal, a prescrição ocorrida antes da propositura da ação não pode ser decretada de ofício.
- ▶ b) A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades.
- c) Se da decisão que ordenar o arquivamento tiver decorrido o prazo prescricional, o juiz, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.
- d) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente, o que não poderá ser feito mediante vista dos autos, com imediata remessa ao representante judicial da Fazenda Pública, pelo cartório ou secretaria.
- e) Não será admitida compensação, mas admite-se a reconvenção.

15 - Em relação ao processo de execução disciplinado no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Não se considera atentatório à dignidade da Justiça o ato do executado que fraudar a execução.
- b) A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo extrajudicial inibe o credor de promover a execução, pois, nesse caso, haverá conexão.
- c) É definitiva a execução fundada em título judicial.
- d) Até a penhora de bens, o credor só pode desistir da execução se o devedor concordar com esse procedimento.
- ▶ e) A execução provisória da sentença far-se-á, no que couber, do mesmo modo que a definitiva, sendo que, entre outras disposições, o levantamento de depósito em dinheiro e a prática de atos que importem alienação de propriedade ou dos quais possa resultar grave dano ao executado dependem de caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos.

16 - No que tange aos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a Constituição, a perda da propriedade pela desapropriação deverá sempre ser compensada mediante o pagamento de indenização justa e prévia em dinheiro.
- b) O exercício do direito de petição perante o Poder Público independe do pagamento de taxas, ao passo que a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, pressupõe uma contraprestação pecuniária do interessado.
- ▶ c) Os analfabetos não possuem o direito de elegibilidade.
- d) A prática de racismo constitui crime imprescritível, mas sujeito ao pagamento de fiança.
- e) A observância do direito ao contraditório é obrigatória no processo judicial e facultativa no processo administrativo.

17 - A respeito da inconstitucionalidade por omissão no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Uma das diferenças entre o mandado de injunção e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão reside na legitimidade ativa, pois esta só poderá ser proposta pelos legitimados no rol do art. 103 da Constituição Federal, ao passo que aquele poderá ser impetrado pelo titular do direito ou liberdade constitucional cujo exercício restou inviabilizado por falta de norma regulamentadora.
- b) Tratando-se de omissão normativa de natureza administrativa, o Supremo Tribunal Federal, após declarar a inconstitucionalidade da omissão, dará ciência ao órgão competente para adotar as medidas necessárias no prazo de trinta dias.
- c) O mandado de injunção pode ser impetrado, entre outras hipóteses, nos casos em que o exercício de uma prerrogativa inerente à cidadania restar inviabilizado por falta de norma regulamentadora.
- d) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão poderá ser proposta em casos de omissão inconstitucional total ou parcial, não sendo admitida a desistência após o seu ajuizamento.
- ▶ e) Não se admite medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, haja vista a sua natureza meramente declaratória.

18 - Em relação às competências legislativas e administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A Constituição Federal confere expressamente aos Estados-membros competência administrativa residual, reservando-lhes, entre outras, as competências não expressamente vedadas pelo texto constitucional.
- b) Compete privativamente aos Estados legislar sobre Direito Eleitoral, no que diz respeito às eleições de âmbito estadual.
- c) Compete aos Municípios a prestação de serviços portuários.
- d) Compete privativamente à União Federal a preservação das florestas, da fauna e da flora.
- e) Compete privativamente à União Federal legislar sobre proteção à infância e à juventude.

19 - Sobre as competências do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar os mandados de segurança contra Ministros de Estado.
- ▶ b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar os *habeas data* contra Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- d) Compete aos juízes federais processar e julgar as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região.
- e) É competência originária dos Tribunais Regionais Federais processar e julgar as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.

20 - Assinale a alternativa correta.

- a) Assim como a incapacidade cessa para aquele que contrair casamento, pode-se concluir que cessará a incapacidade para o menor que for, ele próprio, genitor.
- b) O domicílio da pessoa natural é sempre definido pelo local em que estabelece sua residência com ânimo definitivo.
- c) Embora seja incapaz, é possível admitir-se que menor de 16 anos seja sócio e administrador de uma determinada sociedade, desde que o exercício da administração seja realizado por representante devida e legalmente constituído.
- d) Em razão de sua natureza contratual, a pessoa jurídica de Direito privado existe a partir da declaração de vontade que serve de base, por exemplo, a celebração do contrato social.
- ▶ e) Tendo sido reconhecida a invalidade do instrumento, pode o contratante pretender a realização dos efeitos do negócio utilizando-se, por exemplo, de prova fotográfica.

21 - Assinale a alternativa correta.

- a) Todo negócio jurídico celebrado por pessoa incapaz é nulo ou anulável, vez que a capacidade é condição de validade do negócio.
- ▶ b) Uma das formas de perda da propriedade é a renúncia, caracterizada pelo abandono com intenção de não mais ser conservado como patrimônio. Quando essa renúncia recair sobre imóvel rural, ele poderá ser arrecadado pela União, desde que não esteja sob a posse de terceiro e seja considerado vago.
- c) A validade de uma declaração de vontade independe de forma, salvo quando expressamente prevista em lei. Em razão disso é que se considera não escrita cláusula que condicione a realização do ato a sua formalização por instrumento público.
- d) Se determinado indivíduo demonstrar sua posse sobre determinado imóvel, seria lícito supor que não restaria provada a posse sobre o maquinário que lá estivesse para fins de usucapião.
- e) Para que possa retomar o bem de sua propriedade, o proprietário deve indenizar o possuidor de boa-fé em relação às benfeitorias necessárias e úteis eventualmente realizadas, permitir o levantamento das benfeitorias voluptuárias, mas não precisará indenizar os frutos pendentes, salvo em relação às despesas de produção e custeio realizadas, e os frutos percebidos durante o período de posse.

22 - Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Em se tratando de empréstimo de veículo, é lícito supor que serão, solidariamente, responsáveis por eventuais danos causados pelo condutor os seus responsáveis (caso seja incapaz), o titular do veículo e o próprio condutor.
- b) Celebrado o negócio jurídico de compra e venda de bem imóvel, de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo nacional, por instrumento público, a transferência de sua titularidade coincidirá com a quitação das prestações pecuniárias.
- c) Em se tratando de obrigações alternativas divisíveis constituídas de uma obrigação de entregar certa quantidade de soja e outra pecuniária, sem cláusula que disponha sobre escolha, poderá o devedor pretender a exoneração da dívida consignando o equivalente devido, metade em dinheiro e a outra metade em sacas de soja.
- d) Assumindo o endossante a responsabilidade pelo pagamento, torna-se devedor solidário da dívida. Em razão disso, admite-se que se o endossante e o endossatário refinanciem a dívida, alterando-lhe o conteúdo (valores e prazos). Neste caso poderá o endossatário cobrar a dívida refinanciada de qualquer um dos codevedores.
- e) Se determinado devedor tiver suas dívidas quitadas por terceiro, não precisará reembolsá-lo se demonstrar não se tratar de terceiro interessado.

23 - Assinale a alternativa correta.

- a) Mesmo tendo realizado o pagamento à vista, pode o comprador pretender a resolução do contrato, invocando a teoria da imprevisão, desde que demonstre que o evento era inevitável, extraordinário e imprevisível e a prestação se tornou excessivamente onerosa em razão de evento.
- b) Uma das características do Direito contratual é o chamado dirigismo, que significa, justamente, a capacidade de os contratantes com maior poder econômico influenciarem decisivamente o conteúdo do contrato, limitando a liberdade de contratação a uma simples adesão. As consequências desse fenômeno são acentuadas pela pouca intervenção estatal na seara contratual.
- ▶ c) Se uma criança de 14 (catorze) anos vier a causar dano, ela não será responsável, civilmente, por seu ato, que pode ser imputado ao pai e/ou mãe. Poderá, no entanto, vir a responder patrimonialmente por seus atos se os pais não tiverem bens em seus respectivos nomes.
- d) Os contratos de venda de um bem a um filho serão considerados nulos caso não contem com a anuência dos demais filhos e do cônjuge do alienante.
- e) A responsabilidade civil, tal como prevista na legislação civil, se refere aos casos em que agente, voluntariamente, em razão de atitude culposa ou de risco assumido, causa dano a outrem. A responsabilidade civil é independente da responsabilidade penal, razão pela qual nem todo ato ilícito gera responsabilidade civil.

24 - Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) Embora possam ser consideradas empresariais, às sociedades de economia mista não se aplica o regime de contratação e recuperação judicial típico daquelas sociedades.
- b) Nas sociedades empresariais brasileiras é sempre admitida a administração por profissional não sócio. Essa possibilidade independe de qualquer formalidade, na medida em que uma das principais preocupações da atual legislação societária foi profissionalizar a administração das sociedades empresárias.
- c) O sócio admitido na sociedade pode se eximir das dívidas anteriores à sua admissão desde que demonstre desconhecimento do estado de solvabilidade da sociedade e se tratarem de dívidas que não reverteram proveito futuro da sociedade.
- d) Dadas as características do direito societário atual, fortemente marcado pela globalização e circulação de riquezas, é direito do quotista de sociedade limitada negociá-las e transferi-las livremente a terceiros.
- e) A definição de atividade empresarial é intimamente relacionada à noção de sociedade. Dessa característica resulta que o registro da sociedade faz presumir seu caráter empresarial.

25 - O princípio constitucional tributário da noventena aplica-se à majoração da:

- a) alíquota do imposto de renda pessoa física (IRPF).
- b) alíquota do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ).
- c) base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).
- d) alíquota da base de cálculo do imposto de importação (II).
- ▶ e) alíquota do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU).

26 - A respeito das hipóteses de extinção, de exclusão e de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A isenção é hipótese de extinção do crédito tributário.
- () A remissão é hipótese de extinção do crédito tributário.
- () A anistia é hipótese de extinção do crédito tributário.
- () A moratória é hipótese de extinção do crédito tributário.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – V – V.
- c) F – V – F – V.
- ▶ d) F – V – F – F.
- e) V – F – F – F.

27 - Um servidor público federal requereu a sua aposentadoria voluntária, uma vez que preenchia todos os requisitos exigidos pela Constituição para tanto. Diante disso, considere as seguintes afirmativas:

1. Se a administração indeferir o seu pedido, o ato de indeferimento pode ser anulado judicialmente, pois se trata de ato administrativo vinculado que impõe ao Estado o dever de conceder a aposentadoria.
2. Se a administração conceder a aposentadoria e, dez anos depois, identificar que houve um vício formal na prática do ato de aposentação, ela estará terminantemente proibida de anular o ato, pois terá decaído o direito estatal de promover a sua anulação.
3. A administração tem a prerrogativa de analisar, caso a caso, a conveniência e oportunidade de aposentar os servidores públicos, ainda que os requisitos constitucionais exigidos para a aposentação estejam preenchidos.
4. Se a administração conceder a aposentadoria e, seis anos depois, identificar que houve um vício formal na prática do ato de aposentação, mesmo que o servidor estivesse imbuído de boa-fé, o ato poderá ser anulado.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

28 - Sobre os princípios constitucionais da administração pública, considere as seguintes afirmativas:

1. O direito de certidão e o direito de informação perante a administração pública têm íntima ligação com o princípio da publicidade.
2. O Poder Judiciário não pode, no sistema constitucional vigente, exercer controle sobre os atos administrativos, por decorrência do princípio da independência entre os poderes.
3. O princípio da impessoalidade, expressamente consagrado no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, e seu consectário, o princípio da isonomia, impedem o tratamento diferenciado entre os cidadãos, de sorte que é incompatível com o seu conteúdo a reserva de vagas em concursos públicos.
4. O princípio da moralidade tem um caráter autônomo no direito administrativo brasileiro, podendo denotar uma conduta da administração pública que seja legal, mas moralmente inválida.
5. O princípio da proporcionalidade impõe a conformidade de meios para a melhor escolha administrativa, compreendendo, também, a razoabilidade, que indica a necessidade de uma adequação racional e lógica entre meios e fins, constituindo, ambos, princípios implícitos da administração pública, considerados por alguns autores como desdobramentos do princípio da legalidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 4 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.

29 - Sobre o tema dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A exigência de concurso público de provas ou de provas e títulos, estabelecida no artigo 37, II, da CF, pode ser excepcionada por lei que autorize a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse coletivo.
- b) Em relação ao empregado público, por não ter direito à estabilidade, a sua investidura em emprego público prescinde de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) Após o advento da EC 19/98, a Constituição Federal proíbe que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, no âmbito de sua competência e mediante lei, instituem o regime celetista para a contratação de empregados públicos na administração pública direta, nas autarquias e nas fundações públicas.
- d) Na forma da Constituição Federal vigente, o servidor público estável somente poderá perder o cargo através de decisão judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.
- e) Ao servidor público é vedado o exercício do direito de greve, tendo em vista o direito fundamental do cidadão à continuidade da prestação do serviço público.

30 - Sobre o tema da organização administrativa, considere as seguintes afirmativas:

1. As empresas públicas são entidades que compõem a administração pública indireta e se apresentam como pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob quaisquer das formas admitidas no direito comercial e com capital formado exclusivamente por recursos provenientes das pessoas jurídicas de direito público.
2. As sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas por ato do Poder Executivo exclusivamente para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujo capital votante deve ser majoritariamente público.
3. As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei específica, com autonomia administrativa para o exercício de determinadas atividades típicas do Estado, sujeitas ao controle da Administração Direta denominado tutela administrativa.
4. Pela técnica da desconcentração administrativa, por meio de ato administrativo, o Poder Público institui uma fundação pública, entidade sem fins lucrativos que tem como objetivos a realização de atividades típicas do Estado e de relevante interesse coletivo.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- ▶ b) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

31 - Uma empresa apresentou documento fiscal falsificado na fase de habilitação de uma licitação, fato que não foi percebido pela nem pela Comissão de Licitação nem pelos licitantes concorrentes. Concluída a fase de classificação e julgamento das propostas, veio ao conhecimento da Comissão de Licitação a informação relativa à falsidade do documento. Em face dessa situação hipotética, identifique as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

- () A modalidade licitatória, no caso apresentado, não poderia ter sido a concorrência.
- () A administração não pode agir de ofício na hipótese, devendo aguardar que os demais licitantes apresentem impugnação ao documento falso.
- () A administração só poderá desclassificar a proposta do licitante se, a partir dos dados fiscais falsos, ficar comprovado que os preços oferecidos pelo licitante são inexequíveis.
- () Se ainda persistirem dúvidas quanto à falsidade do documento fiscal apresentado pela licitante, tanto a Comissão de Licitação quanto a autoridade responsável por sua homologação poderão promover diligências destinadas a esclarecer a questão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) V – F – V – F.
- b) V – V – V – V.
- c) F – V – F – V.
- ▶ d) F – F – F – V.
- e) V – V – F – F.

32 - Em razão de blackouts ocorridos reiteradas vezes na região, moradores de um determinado Município de Estado que delegou, por meio de contrato de concessão, a execução dos serviços de energia elétrica para empresa do setor privado, sofreram graves prejuízos. A empresa concessionária já foi autuada e penalizada pela ANEEL em razão da constatação da má prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica. Em consequência disso, cabe a propositura de alguma medida por aqueles que foram lesados? Assinale a alternativa correta.

- ▶ a) A ação de indenização deve ser proposta em face da concessionária dos serviços de energia elétrica, que responderá direta e objetivamente pelos prejuízos causados.
- b) A concessionária responsável pela prestação dos serviços de energia elétrica poderá promover a denúncia da lide ao Estado, que responderá subjetivamente em razão da delegação dos serviços.
- c) A concessionária poderá ser demandada em ação de reparação de prejuízos, desde que comprovada sua culpa ou dolo no evento lesivo.
- d) Cabe a propositura de medida judicial de reparação de danos, materiais e morais, pelos lesados, diretamente contra o Estado, o qual responderá de acordo com a culpa civil.
- e) Não há que se falar em direito de indenização de prejuízos, tendo em vista a ocorrência de um evento de força maior.

***33 - Assinale a alternativa correta.**

- a) Nos serviços permanentes de mecanografia (datilografia, escrituração ou cálculo), a cada período de 90 (noventa) minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 (dez) minutos, deduzidos da duração normal de trabalho.
- b) As gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado.
- c) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até três dias consecutivos em virtude de casamento e por um dia em caso de nascimento do filho, no decorrer da primeira semana.
- d) Dado o aviso prévio, a rescisão torna-se efetiva depois de expirado o respectivo prazo, mas se a parte notificante reconsiderar o ato, antes de seu termo, a outra parte fica obrigada a permanecer no contrato de trabalho.
- e) É ilícita a alteração unilateral do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

*** – Questão anulada, portanto todos os candidatos serão pontuados.**

34 - Considere as seguintes afirmativas:

1. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nessa hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.
2. Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical ou de associação profissional, ainda que o registro tenha se dado no período do aviso prévio, até 1 (um) ano após o final do mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada.
3. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.
4. Tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, se sujeita a condições de risco. É indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- ▶ c) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

35 - Assinale a alternativa correta.

- a) É cabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória no processo trabalhista, desde que a parte esteja assistida por sindicato da categoria profissional e comprove a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo ou encontre-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- b) Não havendo negociação coletiva entre os respectivos sindicatos que representam a categoria econômica ou ela sendo infrutífera, uma das partes poderá ajuizar dissídio coletivo perante o Tribunal Regional do Trabalho.
- c) São isentos de pagamentos de custas a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica, o Ministério Público do Trabalho e as entidades fiscalizadoras do exercício profissional.
- ▶ d) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.
- e) O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza exclusivamente jurídica.

36 - Considere as seguintes afirmativas:

1. É cabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
2. No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso que se pretende destrancar.
3. Comporta a impetração de mandado de segurança o deferimento de reintegração no emprego em ação cautelar.
4. É inadmissível o ajuizamento de uma única ação rescisória contendo mais de um pedido, em ordem sucessiva, de rescisão da sentença e do acórdão.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 4 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.

37 - Na condição de chefe de serviço de saúde ambiental, vinculado à Secretaria de Saúde do Município, Joaquim compareceu pessoalmente ao restaurante de Alfredo e afirmou que o estabelecimento passaria por uma vistoria da vigilância sanitária, com participação da imprensa e da força policial, que resultaria em seu fechamento. Ato contínuo, Joaquim afirmou ao empresário que poderia “acabar com o processo de vistoria e legalizar o restaurante, liberando a licença sanitária”, desde que lhe pagasse importância equivalente a R\$ 30.000,00. Com base nessa situação, considere as seguintes afirmativas:

1. A ação penal relativa ao crime praticado por Joaquim é de titularidade do Ministério Público.
2. Caso pagasse o valor solicitado, Alfredo teria praticado o crime de corrupção passiva.
3. Em relação ao crime praticado por Joaquim, a ação penal cabível é condicionada à representação do ofendido.
4. Naquele caso, como o crime foi praticado contra particular, a ação penal é de titularidade do ofendido.
5. Joaquim praticou o crime de corrupção passiva.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1, 2, 3 e 5 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- ▶ e) Somente as afirmativas 1 e 5 são verdadeiras.

38 - O Direito Ambiental é a área do conhecimento jurídico que estuda as interações do homem com a natureza e os mecanismos legais para proteção do meio ambiente. Acerca da legislação ambiental brasileira, é correto afirmar:

- a) De acordo com a Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas. Dessa forma, compete ao órgão gestor conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico para qualquer finalidade, na medida em que deve proporcionar todos os usos possíveis em determinado corpo d'água.
- ▶ b) Nos termos da Lei 4.771/1965, que instituiu o Código Florestal, a reserva legal é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas.
- c) Segundo a Lei 9.605/1998, denominada Lei de Crimes Ambientais, às pessoas jurídicas somente são aplicáveis sanções de natureza administrativa, como a multa.
- d) A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981) determinou que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) é órgão encarregado de estudar e propor diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e executar a política nacional do meio ambiente, podendo agir administrativa ou judicialmente.
- e) De acordo com a Lei n.º 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o refúgio de vida silvestre é unidade de conservação de proteção internacional, cabendo à ONU regulamentar a proteção e o uso dessas áreas.

39 - A conduta de patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, configura o crime de:

- a) peculato.
- b) tráfico de influência.
- ▶ c) advocacia administrativa.
- d) prevaricação.
- e) corrupção ativa.

40 - Em relação ao licenciamento ambiental, considere as seguintes afirmativas:

1. **É o mecanismo pelo qual a administração pública, no uso de suas atribuições, estabelece condições e limites para o exercício de atividade efetiva ou potencialmente poluidora.**
2. **Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.**
3. **A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores dependem de licença ambiental.**
4. **Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o licenciamento ambiental de atividades com impacto ambiental significativo em âmbito nacional.**

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2 e 4 são verdadeiras.
- ▶ d) Somente as afirmativas 1, 3 e 4 são verdadeiras.
- e) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeira.